



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL

## 1. INFORMAÇÕES PESSOAIS

---

Nome completo: BRUNO CORREIA CARDOSO

Cargo efetivo: ADVOGADO DA UNIÃO

Cargo Comissionado ocupado no MD: CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL (CCE 1.15)

## 2. FORMAÇÃO ACADÊMICA

---

Formação superior (graduação, pós-graduação, especialização, mestrado, doutorado)

- BACHAREL EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, UFF, NITERÓI/RJ;
- ESTÁGIO EM ASSUNTOS DE DEFESA DA ESCOLA SUPERIOR DA GUERRA - ESG, BRASÍLIA/DF;
- CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS NA ESCOLA SUPERIOR DA GUERRA - ESG, BRASÍLIA/DF; e
- PÓS-GRADUAÇÃO – ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, UNB, BRASÍLIA/DF.

## 3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

---

- 2005 - Posse no cargo de Advogado da União da Advocacia-Geral da União;
- 2006 - Coordenador de Exame de Projetos de Atos Normativos da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa;
- 2006 - 2021- Coordenador-Geral de Direito Administrativo e Militar da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Defesa;
- 2022 - 2023- Coordenador-Geral de Direito Administrativo e Militar da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Defesa;
- 2023 - 2024 – Consultor Jurídico Adjunto junto ao Comando da Marinha; e
- 2024- 2025 - Coordenador-Geral Jurídico de Contencioso Judicial e Extrajudicial da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Defesa;
- 2025-até a presente data – Chefe de Gabinete do Secretário-Geral do Ministério da Defesa.

## 4. REPRESENTAÇÕES

---

- 2009 - 2011- Representante do Ministério da Defesa no Conselho Consultivo do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985):Memórias Reveladas;
- 2009 - Participação no XXIII Seminário sobre Política Externa para Altos Funcionários da Administração Pública, promovido pelo Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores;
- 2010 - Representante do Ministério da Defesa no Second Meeting of the Group of the Friends of the Co-Chairs on Liability and Redress in the Context of the Cartagena Protocol on Biosafety; e
- 2017 - Atuação como agente-assistente do Estado brasileiro junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso nº 11.552 (Caso Julia Gomes Lund e outros vs. Brasil – Guerrilha do Araguaia).